

Índios e Aracruz podem definir acordo

Eles se reúnem amanhã em Brasília, na sede do Ministério da Justiça, na presença de representantes da Funai e do Ministério Público

Amanhã à tarde, os representantes dos índios tupiniquins e guaranis e da empresa Aracruz Celulose se reúnem na sede do Ministério da Justiça, na presença de representantes do próprio Ministério, da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Ministério Público para tentar fechar um acordo sobre a disputa de terras na reserva indígena de Aracruz.

O diretor de Assuntos Fundiários da Funai, Aureo Faleiro, acredita que a reunião pode definir um acordo. Faleiro explica que na última reunião os índios se mostraram mais receptivos à proposta da empresa. Segundo ele, os índios chegaram a apresentar uma contraproposta aos representantes da Aracruz, pedindo a ampliação da reserva em 7.500 hectares e mais US\$ 10 milhões, para um projeto de sustentação de dez anos.

O gerente de Meio Ambiente da Aracruz, Carlos Alberto Roxo, considerou a proposta inviável, afirmando que o valor seria superior aos 13.579 hectares que os índios estavam exigindo. Carlos Alberto preferiu não falar em expectativas, mas afirmou que a empresa levará à reu-

nião de amanhã um detalhamento da proposta que já foi apresentada.

A Aracruz Celulose ofereceu aos indígenas a ampliação da reserva em 2.571 hectares, como determinou o Ministério, US\$ 4 milhões, um projeto de assistência que poderia incluir até US\$ 2 milhões, em um período de dez anos.

O assessor jurídico do Conselho Indigenista Missionário, Cláudio Luis Beirão, negou que os índios tenham cedido em sua proposta inicial e afirmou que os representantes dos tupiniquins e guaranis pediram que a empresa detalhasse melhor sua proposta. Os índios queriam saber como se daria a implantação do programa de fomento e de assistência e seu tempo de duração.

O anúncio do pedido de demissão do diretor-presidente da Aracruz Celulose, Luiz Kaufmann, não deve alterar em nada o panorama das negociações, segundo os representantes do Cimi, Funai e da própria empresa. Cláudio Beirão lembrou que toda a negociação vinha sendo conduzida pelo vice-presidente da empresa, Carlos Aguiar.

Ato público apóia indígenas

Deputados estaduais, vereadores, representantes de entidades sindicais e Organizações Não-Governamentais (ONGs) ocuparam o plenário da Assembléia Legislativa no início da noite de ontem.

O ato público teve a finalidade de marcar a posição dos índios e da sociedade organizada contra as ações promovidas pela Polícia Federal (PF), segundo as determinações da Fundação Nacional do Índio (Funai) e Ministério da Justiça.

Cinco representantes das populações indígenas que vivem na reserva de Aracruz estiveram presentes ao ato e entregaram um abaixo-assinado com mais de 500 adesões entre os moradores das aldeias.

Os índios acusam o Governo de ter agido em favor da Aracruz Celulose, reafirmam suas exigências de terras e pedem o fim do bloqueio da PF na reserva de Aracruz.

Um abaixo-assinado em apoio aos indígenas também foi apresentado, com cerca de 530 nomes. Do documento constam, além do nome dos signatários, o número da identidade e o endereço. A intenção, segundo os organizadores, é mostrar à PF que os representantes não têm motivos para se esconder.

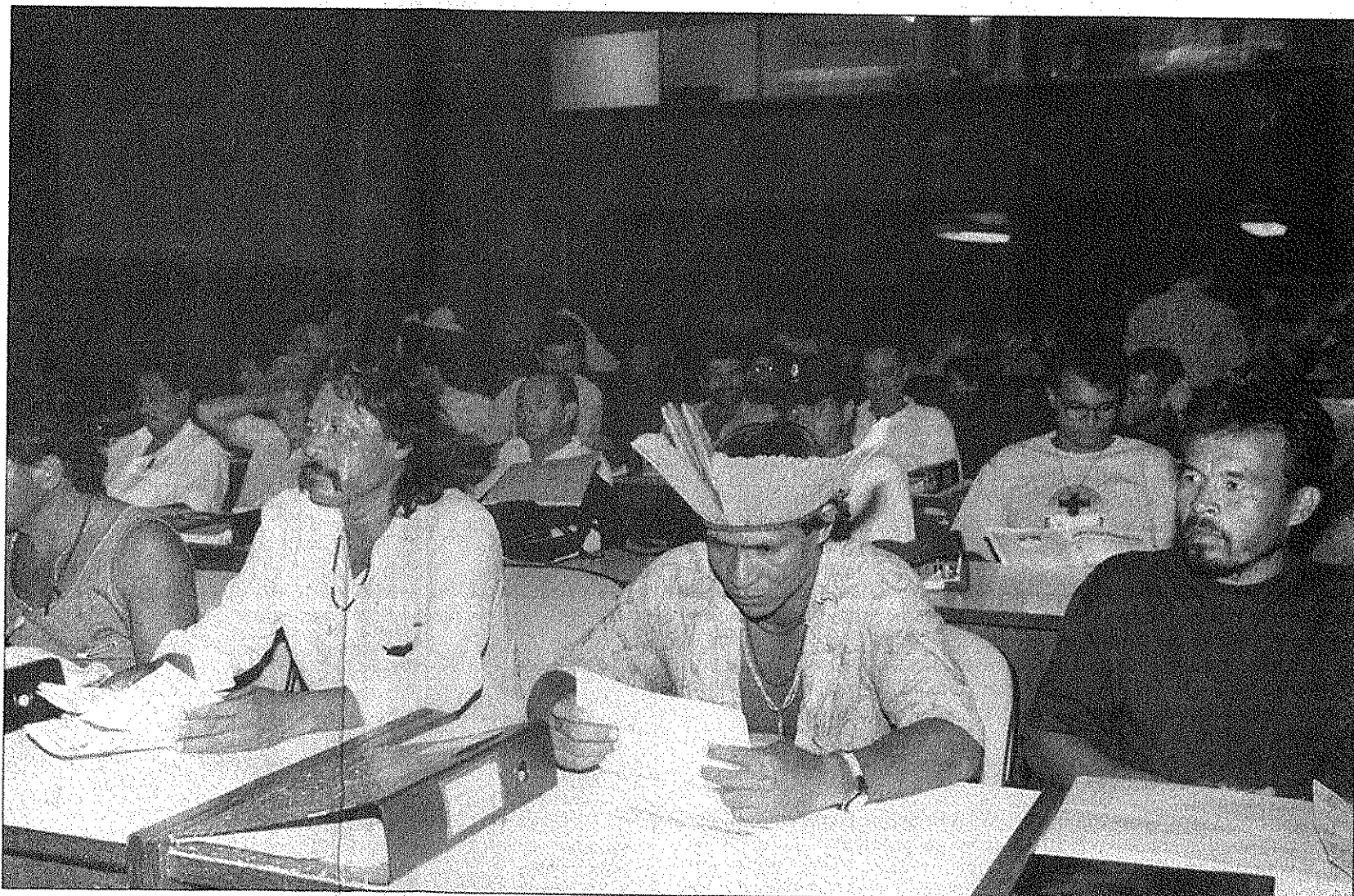
HOLANDÊS - Os advogados do

Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que defendem o missionário holandês Winfridus Gerardus Johannes Overbeek da ação de expulsão movida pela Polícia Federal (PF) deram entrada ainda ontem com um pedido de **habeas corpus** na Justiça Federal.

Simultaneamente, a ONG Centro Pela Justiça e o Direito Internacional (Cejiil) deu entrada em uma representação na Corte da Organização dos Estados Americanos (OEA).

DECISÃO - A Cejiil pede que a OEA suspenda o cerco da Polícia Federal à reserva de Aracruz, garanta a permanência de Winfridus Overbeek no Brasil e anule a decisão do ministro da Justiça, Íris Resende, que reduziu a área de demarcação da reserva de 13.579 hectares para 2.571 hectares.

Ontem à noite, o bispo de Colatina, D. Geraldo Lírio Rocha, o secretário-geral da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), D. Raimundo Damasceno de Assis, e o representante do Cimi, D. Aparecido José Dias, estiveram reunidos em Brasília com o vice-presidente Marco Maciel, pedindo que o Governo federal garanta a permanência do missionário holandês.



PRESEÇA

Representantes das aldeias indígenas presentes ao ato público acusam o Governo de ter agido em favor da Aracruz Celulose e exigem suas terras